



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER JURÍDICO**

**Processo Administrativo nº 1395/2026**

**Pregão Eletrônico nº 24/2026**

**Objeto:** Parecer Jurídico para análise da legalidade da minuta do edital de pregão eletrônico nº 24/2026 para fins de Aquisição de 01 (um) veículo tipo mini van destinado as atividades de interesse da administração pública Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, conforme estabelecido Termo de Convênio firmado junto ao Governo do Estado sob n. 58/2026/PGE-SEPOG, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**PARECER**

**1. Relatório:**

O processo em epígrafe foi instaurado no dia 06 de maio de 2026, objetivando a contratação do objeto acima descrito, cujo valor é de **RS\$178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais)**.

Nota-se que a minuta do edital de id nº 279171, fundamenta o certame com base na Lei nº 14.133/21, no que couber a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022.

O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- a) Plano De Trabalho (id nº 273248);
- b) Declaração De Contra Partida (id nº 273250);
- c) Pesquisa de preço – Ata de Registro de Preço (id nº 273251);
- d) Parecer Técnico (id nº 273262);



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

- e) Sei RO – Declaração (id nº 273263);
- f) Portaria Servidores Fiscalização de Convênios SEPOG (id nº 273270);
- g) Memorando Nº 220/2025/SEPOG-NCON (id nº 273271);
- h) NE - Nota De Empenho (id nº 273273);
- i) Parecer Nº 186/2025/PGE-SEPOG (id nº 273277);
- j) Termo De Convênio Nº 58/2026/PGE-SEPOG (id nº 273280);
- k) Parecer Nº 59/2026/SEPOG-GCGAG (id nº 273282);
- l) Ofício Nº 3040/2026/SEPOG-NCON (id nº 273285);
- m) Documento De Formalização De Demanda Nº 587/2026 (id nº 273699);
- n) Solicitação De Despesa Nº 933-2026 (id nº 273700);
- o) Decreto Municipal Nº 2174/2026 (id nº 277243);
- p) Despacho Dispensa De ETP (id nº 277321);
- q) Termo de Referência – TR (id nº 278376);
- r) Portaria Nomeação da Agente de Contratação (id nº 279170);
- s) Minuta do Edital - Pregão Eletrônico nº 24/2026 (id nº 279171);
- t) Anexo Minuta do Termo de Contrato (id nº 279172);
- u) Despacho nº 202/2026 técnico do Pregoeiro (id nº 279174).





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**2. Pressuposto Jurídico:**

O presente parecer jurídico tem a finalidade de **assessoramento no controle prévio de legalidade**, conforme previsto no art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, não tendo determinação legal que imponha a fiscalização posterior do cumprimento das recomendações feitas por essa Procuradoria.

Destaca-se que um dos pressupostos para a realização de uma licitação, é o pressuposto jurídico, que implica na **necessidade de licitar**, que deve ser realizada com o objetivo de **atender ao interesse público**. A licitação não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um **instrumento necessário para garantir o cumprimento das demandas públicas**.

No caso em questão, trata-se da análise da legalidade do procedimento licitatório destinado a aquisição de 01 (um) veículo tipo mini van destinado as atividades de interesse da administração pública Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, conforme estabelecido Termo de Convênio firmado junto ao Governo do Estado sob n. 58/2026/PGE-SEPOG, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos

Importante ressaltar que, em sua análise, a **Procuradoria não realiza exame de mérito** sobre os argumentos apresentados na justificativa do certame, a não ser que essas justificativas sejam evidentemente incompatíveis com a modalidade de contratação escolhida ou com o objeto licitado. Neste caso, **não há elementos** que indiquem incompatibilidade entre a escolha da modalidade de **pregão** e os **objetivos do processo**.

Após análise da documentação constante no processo, observam-se os seguintes pontos relevantes quanto à **legalidade da minuta do Edital**, do contrato e dos demais documentos que compõem a fase interna da licitação, senão vejamos.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**2.1. Peças Técnicas do Processo**

No que tange às peças técnicas do processo, destaca-se que foram apresentadas as peças necessárias ao planejamento da contratação, especialmente o Termo de Referência e os demais documentos técnicos pertinentes, observando-se a dispensa do Estudo Técnico Preliminar – ETP devidamente motivada e autorizada nos autos

Nota-se que no processo prevê a escolha pela **modalidade pregão eletrônico** estando em conformidade com a legislação vigente, sendo está a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, prevista no inciso XLI, do art. 6º da Lei nº 14.133/21, com prazo de intervalo mínimo de 08 (oito) dias, senão vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Assim, a modalidade escolhida, **pregão eletrônico**, encontra-se adequada e em conformidade com a legislação, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme o disposto no art. 55, I, “a”, da Lei nº 14.133/2021, respeitando o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para a abertura das propostas.

Com base no Decreto nº 1.449/2022, Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 58/2022 e IN SEGES/ME nº 81/2022, a Administração Pública deve apresentar na fase de planejamento as peças técnicas inerentes à contratação, quais sejam: **DFD; ETP; MR e TR**.

No presente processo, tais documentos foram juntados nos ids nº 273699 (DFD), e 278376 (TR), em conformidade com as exigências legais.

A análise do **DFD** evidencia o atendimento às disposições do **art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 1.449/2022**, identificando o responsável pela área requisitante, a



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

indicação da data pretendida para conclusão da contratação e o detalhamento da necessidade.

Quanto ao **TR**, verifica-se conformidade com o **art. 16, §1º, do Decreto nº 1.449/2022, art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**, além do **art. 19 do Decreto nº 1.449/2022** e do **art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, que dispõem sobre as informações necessárias no TR para contratações visando a aquisição de bens e serviços.

#### **2.1.1. Dispensa do Estudo Técnico Preliminar – ETP**

Consta dos autos o Despacho de Dispensa de ETP (id nº 277321) e a respectivo Decreto Municipal Nº 2174/2026 (id nº 277243).

A dispensa do ETP encontra respaldo no art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente motivada pela Administração. Considerando que o objeto consiste na aquisição de 01 (um) veículo tipo mini van destinado as atividades de interesse da administração pública Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, conforme estabelecido Termo de Convênio firmado junto ao Governo do Estado sob n. 58/2026/PGE-SEPOG, a justificativa apresentada mostra-se, em princípio, compatível com a natureza da contratação.

Verifica-se que a dispensa do ETP foi formalmente justificada e autorizada pela autoridade competente, atendendo ao disposto no art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **2.1.2. Pesquisa de Preços**

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve demonstrar a compatibilidade dos preços estimados com aqueles praticados no mercado.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

No tocante à estimativa de preços, verifica-se que a contratação decorre do Termo de Convênio celebrado entre o Município de Nova Brasilândia D'Oeste e o Governo do Estado sob n. 58/2026/PGE-SEPOG.

Consta dos autos Pesquisa de Preço (id nº 273251), Plano De Trabalho (id nº 273248), Parecer Técnico de Aprovação (id nº 273262), documentos que demonstram a prévia análise e aprovação dos valores pela concedente dos recursos.

Assim, a definição dos quantitativos e dos preços estimados decorreu do procedimento técnico realizado durante a formalização do convênio, cabendo à Administração promover a licitação visando à obtenção da proposta mais vantajosa, não se verificando, sob o aspecto jurídico-formal, irregularidade na composição do valor estimado da contratação.

## **2.2. Minuta do Edital**

O Pregoeiro no Despacho nº 202/2026 técnico de id nº 279174, solicitou análise e manifestação quanto à minuta do edital e seus anexos, assim verifica-se que essa respeita os parâmetros legais, assim **não há óbice à sua utilização** no presente certame.

Da análise da minuta do Edital (id nº 279171), verifica-se que foram observados os requisitos essenciais previstos nos arts. 25 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto:

- à definição do objeto;
- ao critério de julgamento pelo menor preço por item;
- às condições de participação;
- aos requisitos de habilitação;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

- aos prazos recursais;
- às hipóteses de aplicação de sanções administrativas;
- à forma de apresentação das propostas;
- às regras de adjudicação e homologação.

No presente caso, em atenção ao **art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021**, quanto à adequação orçamentária, verifica-se que a **Solicitação de Despesa nº 933/2026 (id nº 273700)** indicam que a dotação orçamentária será formalizada no momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o que está em conformidade com a legislação vigente, não havendo óbice jurídico à continuidade do procedimento.

Assim, a exigência de dotação orçamentária deverá ser observada no momento da formalização do contrato ou da emissão do empenho correspondente, não havendo irregularidade na previsão constante do TR.

## **2.2. Minuta do Contrato de id nº 279172**

Nota-se que, a minuta do contrato apresentada segue o **modelo padronizado da Advocacia-Geral da União (AGU), amplamente utilizado na Administração Pública**, em consonância com as melhores práticas de gestão pública, conforme orientações dos órgãos de controle externo.

Assim, a responsabilidade pela revisão e validação da minuta recai sobre **a assessoria jurídica e o setor responsável pela formalização de contratos e atas de registro de preço**, conforme previsto na legislação vigente.

Desta forma, a **inclusão da minuta padronizada é juridicamente válida**, e a ausência de assinatura nesta fase **não compromete a legalidade**, por se tratar



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

de **minuta preliminar**, cuja formalização e assinatura ocorrerão apenas após a homologação do certame pela autoridade competente.

### **2.3. Publicação do Edital**

No que concerne à publicação do edital, o **art. 54, caput e §1º, combinado com o art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, exige a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital, de seus anexos e do futuro instrumento contratual no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, bem como a nos meios oficiais de divulgação adotados pela Administração, observadas as exigências legais aplicáveis.

Dessa forma, na presente contratação, deverá ser observado o **prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis**, contados a partir da divulgação do edital, para apresentação das propostas e lances, quando adotado o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, nos termos do **art. 55, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021**.

Ressalta-se, ainda, que o **art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021** estabelece a obrigatoriedade de disponibilização, no PNCP, **após a homologação do certame**, dos documentos elaborados na fase preparatória que não tenham sido incorporados ao edital e a seus anexos, assegurando a transparência e o controle social do procedimento licitatório.

### **3. Conclusão**

Dessa forma, após análise do processo, conclui-se que o processo administrativo e a minuta do edital encontram-se em conformidade com a legislação vigente, **não há óbice para a continuidade do processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021**.

A **minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2026 de id nº 279171**, bem como o anexo da **minuta do Contrato de id nº 279172**, apresentam conformidade





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

formal com a legislação vigente, não se identificando vícios que impeçam o regular prosseguimento do certame.

Assim, **não se vislumbra óbice jurídico ao prosseguimento do certame**, ficando a análise da **conveniência e oportunidade administrativa** a cargo da autoridade competente.

É o parecer, sujeito à manifestação do superior.

Nova Brasilândia D'Oeste, 02 de junho de 2026.

**Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira**  
Sub Procuradora do Município  
Portaria nº 12/GP/2025  
OAB/RO 11.444

